

## CONSTITUINTE

## Reinício das votações é adiado por falta de quórum no plenário

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

Por falta de quórum a Assembleia Nacional Constituinte não prosseguiu ontem as votações do Título I da futura Constituição.

As 17 horas, depois do pronunciamento de vários constituintes e das lideranças, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, constatou que seu apelo para que os constituintes estivessem em plenário para votar não dera resultado, apenas 232 compareceram. Determinou, no entanto, que fosse registrada a presença dos que haviam comparecido à sessão, convocando outra para hoje às 9 horas.

Embora Ulysses Guimarães esteja disposto a convocar sessões para este final de semana, poucos constituintes acreditam que elas se realizarão, devido à ausência de quórum mínimo para votação, que é de 280 constituintes.

O mais certo é que o Capítulo II, do Título I, que trata dos direitos sociais, somente começa a ser votado na terça ou quarta-feira da próxima semana.

Esses dias, contudo, não serão perdidos. Eles serão utilizados para encaminhar as negociações em torno da questão da estabilidade no emprego.

Ontem mesmo, enquanto os constituintes se revezavam na tribuna no horário do "pinga fogo" (série de pequenos discursos), o relator Bernardo Cabral reuniu-se com Ulysses Guimarães para mostrar-lhe sua proposta para o tema que consagra a garantia de emprego, protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, na forma da lei complementar, que disporá sobre a conversão em indenização compensatória, sem prejuízo de outros direitos.

A forma, porém, não agradou. O senador Mário Covas (PMDB-SP), líder do partido na Constituinte, disse que o PMDB não aceita a indenização como forma de amparo ao trabalhador em caso de despedida. Já os deputados Guilherme Afif Domingos (PL-SP) e José Lins (PFL-CE), membros do "Centrão", afirmaram que a inserção da palavra indenização no texto permanente da futura carta "é um dogma" para o grupo conservador. Lins disse que, apesar do esforço de Cabral, o texto por ele produzido "deixa a desejar" porque "joga para a lei a indenização e esta lei ninguém sabe como será".

O deputado Paulo Paim (PT-RS) disse que os partidos de esquerda (PT, PDT, PSB, PC do B e PCB) aceitam a proposta do relator e

## Preocupações com a duração

por Edson Beú de Brasília

O presidente José Sarney confessou ao deputado José Geraldo (PMDB-MG), ontem pela manhã, que ficou preocupado com a tendência crescente pelo mandato de quatro anos, verificada por ele na Constituinte, nas últimas semanas. Mas, passado o que chamou de período de "apoio" da tese "quatroanista", o presidente previu uma reversão do quadro, a ponto de já considerar a proposta de cinco anos fora de qualquer "ameaça".

Sarney, segundo o parlamentar, disse que iria continuar à margem do processo da Constituinte. No entanto, ponderou que a realização de eleições presidenciais neste ano seria um fator complicador para o País, cuja economia vive sob os efeitos de uma inflação alta e ainda esperando os resultados das medidas adotadas, recentemente, pelo seu quarto ministro da Fazenda, Mairson Ferreira da Nobrega.

O presidente acha que um pleito agora atrapalharia o processo de maturação da política econômica vigente, que tem como base o combate ao déficit público.

Sarney estranhou as declarações feitas pelo deputado Ulysses Guimarães, ontem em São Paulo, mostrando sua disposição de utilizar os trabalhos da Constituinte na "marra" até março. De acordo com o relato do parlamentar peemedebista, o presidente entendeu que as afirmações confusas sobre o processo da Constituinte não combinam com o perfil de Ulysses. Na opinião de Sarney, a carta não fica pronta antes de maio.

preferem que a lei defina qual a garantia a ser dada ao empregado no caso de despedida arbitrária ou sem justa causa. Enquanto essa lei não entrar em vigor, os empregados terão assegurado uma indenização referente a um percentual da multa do FGTS recolhido pelo empregador, além de um salário por ano de serviço. Essa norma constaria das disposições transitórias da Constituição.

Para o deputado Ronaldo Cezar Coelho (PMDB-RJ) a proposta do relator não passará no seu partido porque "é falsa" ao converter a garantia no emprego em indenização.